



Estado de Pernambuco

LEI Nº 049/93

EMENTA: Aprova o Orçamento Anual do Município do Surubim/PE, para o Exercício Financeiro de 1994, e adota outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO SURUBIM:

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DO SURUBIM APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O Orçamento Anual do Município do Surubim/PE, para o Exercício Financeiro de 1994, discriminado pelos anexos que integram esta Lei, estima a Receita e fixa a Despesa em igual valor CR\$ 3.000.000.000,00 (Treis Bilhões de Cruzeiros Reais).

Art. 2º - A Receita será realizada mediante arrecadação na forma da Legislação em vigor, especificada em anexos e de acordo com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES .....	CR\$	2.755.476.372,00
Receita Tributária .....	CR\$	119.592.000,00
Receita Patrimonial .....	CR\$	49.578.000,00
Receita Industrial .....	CR\$	7.440.000,00
Transferências Correntes .....	CR\$	2.540.136.972,00
Outras Receitas Correntes .....	CR\$	38.729.400,00
RECEITA DE CAPITAL .....	CR\$	244.523.628,00
Alienação de Bens .....	CR\$	220.800.000,00
Transferências Intergovernamentais ....	CR\$	12.420.000,00
Transferências do Estado .....	CR\$	11.303.628,00
TOTAL GERAL .....	CR\$	3.000.000.000,00



*Handwritten signature*



Estado de Pernambuco

02

Art. 3º - A despesa será realizada mediante a discriminação do Programa de Trabalho, por função, órgão e categorias econômicas, segundo as inidades orçamentárias, distribuídas da seguinte maneira:

DESPESAS CORRENTES .....	CR\$	2018.330.000,00
Despesas de custeio .....	CR\$	1.845.472.000,00
Transferências Correntes.....	CR\$	172.858.000,00
DESPESA DE CAPITAL .....	CR\$	981.670.000,00
Investimentos.....	CR\$	981.670.000,00

#### DESPESAS POR FUNÇÃO

01. Legislativo.....	CR\$	240.000.000,00
03. Administração e planejamento.....	CR\$	446.043.000,00
04. Agricultura .....	CR\$	174.685.000,00
05. Comunicação.....	CR\$	19.980.000,00
08. Educação e Cultura .....	CR\$	753.122.000,00
09. Energia e Recursos Minerais.....	CR\$	100.000.000,00
10. Habitação e Urbanismo.....	CR\$	377.880.000,00
11. Indústria, Comércio e Serviços .....	CR\$	20.000.000,00
13. Saúde e Saneamento.....	CR\$	480.830.000,00
15. Assistência e Previdência.....	CR\$	302.200.000,00
16. Transportes .....	CR\$	85.260.000,00
TOTAL:.....	CR\$	3.000.000.000,00

#### DESPESA POR ÓRGÃO

1.0 - Câmara Municipal .....	CR\$	240.000.000,00
2.0 - Administração Superior .....	CR\$	97.510.000,00
3.0 - Secretaria de Administração.....	CR\$	319.079.000,00
4.0 - Secretaria de Finanças .....	CR\$	59.050.000,00
5.0 - Secretaria de Educação.....	CR\$	647.638.000,00



Estado de Pernambuco

6.0 - Secret. Transp. Saneam. e Urbanismo.....	CR\$	694.846.000,00
7.0 - Secretaria de Saúde.....	CR\$	426.230.000,00
8.0 - Secret. de Trabalho e Ação Social.....	CR\$	101.382.000,00
9.0 - Secretária de Governo.....	CR\$	88.020.000,00
10.0 - Secret. de Turismo Cult. e Esportes.....	CR\$	56.560.000,00
11.0 - Secret. de Agricult. Ind. e Comércio.....	CR\$	<u>269.685.000,00</u>
T O T A L .....	CR\$	3.000.000.000,00

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar até o limite de 33% (Trinta e três por cento) do valor da Despesa fixada, utilizando como recursos o que dispõe os Art. 7º e 43 da Lei Nº 4.320/64, para atender as despesas cujas dotações se verifiquem insuficientes no decorrer do exercício de 1994. E corrigir os valores da Receita e da despesa, a partir de janeiro de 1994, mensalmente, de acordo com o INPC do IBGE ou outro qualquer índice de preços que venha substituí-lo, ou pelo índice de variação da Receita Orçamentária Arrecada, elegendo-se entre um e outro o de menor valor absoluto e aplicando o percentual obtido. I - Realizar operações de Crédito por antecipação de Receita, até o limite de 25% (Vinte e cinco por cento) estimada e corrigida.

Art. 5º - O Poder Executivo estabelecerá para a realização das despesas, inclusive a programação financeira de desempenho para o Exercício de 1994, onde fixará as metas necessárias a manter os dispêndios compatíveis com a Arrecadação da Receita, a fim de obter o equilíbrio preconizado pela Legislação específica.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município do Surubim/PE,  
em 20 de dezembro de 1994.



MURILO JORGE FARIAS BARBOSA

-Prefeito-